

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1581 | 29 DE JULHO A 3 DE AGOSTO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

## CASSI NA MIRA DO MERCADO

**INTERVENÇÃO  
DA ANS  
ACENDE  
ALERTA  
SOBRE  
FUTURO DA  
CASSI**

No último dia 22, a ANS publicou no Diário Oficial da União uma resolução determinando a instauração de uma direção fiscal na Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A Direção Fiscal deve analisar a eficiência das medidas de saneamento apresentadas pela diretoria da Cassi, emitindo relatórios que serão analisados pelo colegiado da ANS.

Em reunião realizada dia 24, em Brasília, entre a Cassi e a representação dos funcionários, foram apresentados os dados mais atualizados dos balancetes financeiros e feitos esclarecimentos sobre a atuação da direção fiscal.

As entidades representativas, por sua vez, insistiram na necessidade de uma solução negociada entre a Cassi, o Banco do Brasil e os representantes do funcionalismo e cobraram mais empenho da direção da Cassi junto ao patrocinador, o Banco do Brasil, na reabertura do processo de negociação.



Leia mais na página 5

# SINAL DE ALERTA: A PRIVATIZAÇÃO ESTÁ CHEGANDO AOS POUCOS!

**D**e acordo com matéria divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo publicada dia 23/7, a equipe econômica do governo Bolsonaro já vendeu R\$ 16 bilhões de ativos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, seguindo sua diretriz de desestatizar o crédito no Brasil.

Com o “desinvestimento” defendido pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães, somente no 1º semestre o banco vendeu as ações do ressegurados IRB Brasil Re e da Petrobrás, arrecadando R\$ 10 bilhões. Segundo informou o presidente do banco público, outras 15 operações estão previstas para breve. Medidas que também estão sendo estudadas para serem aplicadas, guardadas as proporções e particularidades, ao Banco do Brasil.

Os bancos públicos desempenham um papel fundamental na economia brasileira, pois são importantes instrumentos de política econômica e de promoção do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, o atual governo tem a intenção de enfraquecer sua atuação no mercado interno, para futuramente, privatizá-los. O objetivo é fazer com que a iniciativa privada ocupe esse espaço. Mas será que os bancos privados farão o que os bancos públicos fazem ou será que irão se guiar apenas pela lógica do maior lucro com menor custo?

E isso não se detém apenas aos bancos. O governo Bolsonaro vendeu, no dia 23/7, 30% das ações da BR Distribuidora, o que tirou da Petrobras, e dos brasileiros, o controle da maior empresa de distribuição de combustíveis do país. Essa foi a segunda fase da venda da BR, que até 2017 era uma empresa 100% pública, como a Caixa Econômica Federal. Até o dia 23, a Petrobrás detinha 71,25% das ações da BR, agora tem apenas 41%. A medida revela, na prática, que a equipe econômica de Bolsonaro está mesmo disposta a vender os ativos, se desfazendo de pontos estratégicos para a economia brasileira e com vistas a iniciar privatizações de setores importantes, como nossos bancos públicos, por exemplo. Essas “pequenas” vendas representam um alerta ao povo brasileiro, mostrando claramente o plano de governo de Bolsonaro de vender o patrimônio público.

No caso da Petrobrás, Caixa, BB e Eletrobrás, há outra questão além da econômica, pois são empresas rentáveis e referências no mercado internacional, com importante papel estratégico e social para o nosso país. É visível a intenção do governo de enfraquecer os bancos públicos frente ao mercado privado e ao sistema financeiro com a nítida intenção de privatização. O objetivo é enfraquecer nossa soberania nacional.

Por tudo isso, é de fundamental importância que as pessoas acordem urgentemente para o cenário que está se desenhando no Brasil. Precisamos conversar com as pessoas, reforçar nossa mobilização em defesa das empresas públicas e contra todo tipo de retrocesso. Somente com a união da classe trabalhadora poderemos impedir essa nova onda de privatizações, conscientizando a sociedade dos males dessa postura do governo. Com a venda dessas empresas, o combustível vai ficar mais caro, o acesso a habitação vai ficar mais difícil, o agronegócio e a agricultura familiar vão ser prejudicados, encarecendo a comida que chega na nossa mesa.

Defender as empresas públicas significa, portanto, defender um país melhor, mais desenvolvido, menos desigual, mais justo e mais fortalecido. Se é banco público, é para todos!



*Carlos Eduardo,  
presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará*



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – Endereço Eletrônico: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA

## MUDANÇAS PESAM MAIS SOBRE TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO

As mudanças aprovadas pela Câmara dos Deputados na proposta da reforma da Previdência de Bolsonaro devem ter um impacto maior sobre os trabalhadores da iniciativa privada do que sobre os servidores públicos. A proposta vai a votação em segundo turno no início de agosto.

Na proposta inicial do governo, a maior parte da economia prevista já era com o endurecimento das regras do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), que atende trabalhadores da iniciativa privada. A proposta original previa que o setor privado representasse 65% e os servidores, que estão no RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), 18% da economia total. Com o texto aprovado em primeiro turno, essa diferença aumentou envolvendo 70% de participação dos privados e 17% dos servidores. Esses números levam em conta apenas mudanças nas aposentadorias de servidores da União, e não dos estados e municípios, que ficaram de fora da reforma. Pelas contas do governo, a economia por servidor será de R\$ 114,1 mil (com o primeiro texto era R\$ 160,4 mil), enquanto por pessoa na iniciativa privada, cerca de R\$ 9.200 (antes era R\$ 11,3 mil).

Segundo especialistas da área de Economia Aplicada da FGV, esse impacto menor no RPPS não é bom, nem do ponto de vista fiscal, e principalmente no discurso [do governo] do combate aos privilégios.

**DURAS REGRAS DE TRANSIÇÃO** – Além de regras mais duras para concessão da aposentadoria, a reforma da Previdência de Bolsonaro confunde o trabalhador com regras de transição complexas que reduzem bastante o valor dos benefícios e aumentam o tempo de contribuição. A



Câmara incluiu quatro regras de transição no texto-base durante a votação do primeiro turno e, por isso o trabalhador precisa fazer as contas, que são diferentes para homens e mulheres, para saberem qual será a regra em que se encaixam e a menos prejudicial quando forem se aposentar.

Se a PEC, que acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e institui a idade mínima obrigatória de 65 anos (homens) e 62 (mulheres), for aprovada no 2º turno na Câmara e em dois turnos no Senado, os trabalhadores só poderão dar entrada no pedido de aposentadoria, em ambos os casos, com 15 anos de contribuição, no mínimo. Ainda assim dependerão das regras de transição. Todas as trabalhadoras terão de cumprir um pedágio de seis meses para cada ano que faltar para a idade mínima exigida. A PEC também cria regras de transição para quem está a dois anos ou três anos de completar o tempo

de contribuição mínimo para requerer a aposentadoria integral que, pelo atual regime, é de 30 anos para as mulheres e 35 para os homens.

**TRABALHAR MAIS PARA RECEBER MENOS** – A mudança na forma de cálculo prejudica os trabalhadores porque leva em consideração todos os salários recebidos, inclusive os mais baixos, reduzindo o valor dos benefícios do INSS em média entre 20% e 30%. Atualmente, o cálculo do valor do benefício leva em consideração apenas os 80% maiores salários desde 1994. Os 20% menores são descartados. Com esta regra, as mulheres vão se aposentar com benefício integral com 35 anos de contribuição e os homens com 40. É importante ressaltar que a regra que permite ao homem se aposentar com 15 anos de contribuição vale apenas para quem já está trabalhando e, portanto, contribuindo com o INSS.

## CONQUISTA DA CAMPANHA

# 3º CENSO DA DIVERSIDADE BANCÁRIA AVALIA REALIDADE DA CATEGORIA NOS BANCOS

O 3º Censo da Diversidade Bancária é uma das conquistas da categoria na Mesa de Negociação com a Fenaban. Realizado em 2008 e 2014, o levantamento traça o perfil da categoria por gênero, orientação sexual, raça e PCDs (pessoas com deficiência). O objetivo é analisar as políticas de inclusão dos bancos e promover a igualdade de oportunidades no setor bancário. Para isso, também foi criada a Campanha de Valorização da Diversidade.



levantamento de 2014, as bancárias com essa formação subiram para 82,5%. Para os homens, esse aumento foi de 64,4% para 76,9%. Os dados apontam, porém, que as mulheres continuam ganhando menos que os homens. Nos seis anos que separam os dois censos, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens caiu somente 1,5 ponto percentual. O rendimento médio mensal delas em relação ao deles era de

76,4% em 2008 e agora é de 77,9%.

O questionário do Censo será iniciado no final de agosto e vai até outubro. Os dados do questionário serão tabulados e analisados entre novembro e janeiro, e os resultados serão divulgados em fevereiro de 2020.

(68%). Apenas 19,5% dos trabalhadores do sistema financeiro eram negros ou pardos e ganhavam, em média, 84,1% do salário dos brancos.

**NÚMEROS** – O 1º Censo foi realizado em 2008 revelou que a maioria dos empregados nos bancos era do sexo masculino (52%), brancos (77%) e estavam alocados em funções de caixa ou de escriturário

O 2º Censo foi respondido por 187.411 bancários, de 18 instituições financeiras, o que representa 41% da categoria. De acordo com os dados as mulheres apresentam melhor qualificação educacional em comparação aos homens nos bancos. No 1º Censo, 71,2% das bancárias tinham curso superior completo e acima. No

Conforme os dados do 2º Censo, houve avanço no número de negros no setor bancário. Eram 19% de negros na primeira pesquisa. Agora os funcionários que se auto definiram foram 24,7%. Por sua vez, 1,9% dos entrevistados se declararam homossexuais e 0,6%, bissexuais. O II Censo mostra que 85% dos bancários são heterossexuais. O número de bancários com deficiência motora caiu de 61,4% em 2008 para 60,7% em 2014.

## Breves

### Trabalhadores brasileiros desprotegidos

O sistema de proteção aos trabalhadores brasileiros é um dos piores do mundo. E a situação pode piorar caso a Reforma da Previdência, em tramitação na Câmara dos Deputados, seja aprovada. De acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), a taxa de cobertura do auxílio é baixa e vem caindo nos últimos anos, apesar do aumento no número de desempregados. Para piorar, o texto da “reforma” da Previdência prevê que ações contra o INSS deixarão de ser analisadas pela Justiça Estadual, e passarão exclusivamente pela Justiça Federal. As varas federais estão presentes em apenas 5% dos municípios brasileiros. Além disso, os efeitos da Medida Provisória (MP) 871/2019, aprovada em junho, que institui mais um “pente-fino” nos benefícios concedidos, deve fazer com que ainda mais pessoas sejam obrigadas a buscar colocação no mercado de trabalho em condições precárias de saúde.

### Campanha #UniSororidad reforça luta contra feminicídios

Mulheres do Brasil, Argentina e Uruguai se unem numa campanha para manifestar e mostrar resistência contra a violência. Com o nome #UniSororidad, o movimento acontece no dia 25 de cada mês, com início em novembro, pela rede social Twitter e reúne informações e protestos sobre a realidade do gênero na sociedade. A Contraf-CUT apoia a campanha. A campanha foi definida no último encontro da Rede Uni América Mulheres, no qual se constatou que é extremamente importante reforçar a luta de combate à violência contra a mulher. O objetivo é sensibilizar e dar ainda mais visibilidade contra este grave problema e salientar a importância de ações efetivas para o combate à violência.

# BANCO DO BRASIL: ANS DECRETA INTERVENÇÃO NA CASSI

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou dia 22/7, no Diário Oficial da União, resolução que instaura a direção fiscal na Cassi. Segundo a publicação, a direção fiscal segue o que dispõe a legislação vigente, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde. A Direção Fiscal é a primeira etapa do processo da intervenção.

Segundo a Resolução da ANS nº 2.439, a determinação da instauração de direção fiscal na Cassi se deve ao descumprimento de indicadores econômico-financeiros acompanhados pela ANS. Nos próximos dias será nomeado um diretor fiscal que atuará na Caixa de Assistência. Isso, no entanto, não altera a rotina de prestação de serviços. As entidades representativas dos funcionários acompanharão de perto as decisões e manterão os associados informados.

A medida, na prática, usa uma medida de força, que é a nomeação de um terceiro, para tratar da questão do desequilíbrio financeiro da Cassi. A Contraf-CUT e a Comissão de Empresa insistem que o melhor caminho é sempre o entendimento entre o banco e os associados em busca de uma solução negociada que contemple os anseios do funcionalismo.

**NEGOCIAÇÃO** – Em reunião realizada dia 24/7, em Brasília, a Cassi apresentou os números financeiros e esclarecimentos sobre o processo de intervenção para as entidades representativas. Foram apresentados os dados mais atualizados dos balancetes financeiros. A diretoria da Cassi também prestou esclarecimentos sobre a Direção Fiscal que fará análise dos dados contábeis da Cassi e analisará a eficiência das medidas de saneamento apresentadas pela diretoria, emitindo relatórios que serão analisados pelo colegiado da ANS.

Por sua vez, a Contraf-CUT cobrou mais intensidade da diretoria da Cassi na cobrança ao Banco do Brasil para a reabertura do processo de negociação, pedido apoiado pelas demais entidades, que pediram ainda esclarecimentos sobre



**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
Publicado em: 22/07/2019 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 58  
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Saúde Suplementar

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.439, DE 19 DE JULHO DE 2019**

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 16 de julho de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.140980/2011-39, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, registro ANS nº 34.665-9 e CNPJ nº 33.719.485/0001-27.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

**LEANDRO FONSECA DA SILVA**



*“A Cassi é o maior plano de autogestão do país e há interesses do mercado nele. Por isso, neste momento, a melhor solução é a negociação entre o patrocinador da Cassi (BB) e as entidades representativas. É um momento de unidade, no qual o futuro da Cassi e as propostas de recuperação financeira devem ser debatidos por todos. Não pode haver mais decisões unilaterais que prejudiquem e onerem somente os associados”*  
**José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB**

matéria veiculada no jornal O Estado de S. Paulo sobre possível venda da carteira da Cassi. A Cassi, no entanto, informou que, não havendo medida que garanta a sustentabilidade e a ANS entenda que a alienação da carteira ou a liquidação seja a medida administrativa a ser adotada, a mesma não passará por consulta aos associados.

**SITUAÇÃO DA CASSI** – A difícil situação financeira da Cassi já era publicada há bastante tempo, com a tentativa de soluções sendo debatidas entre

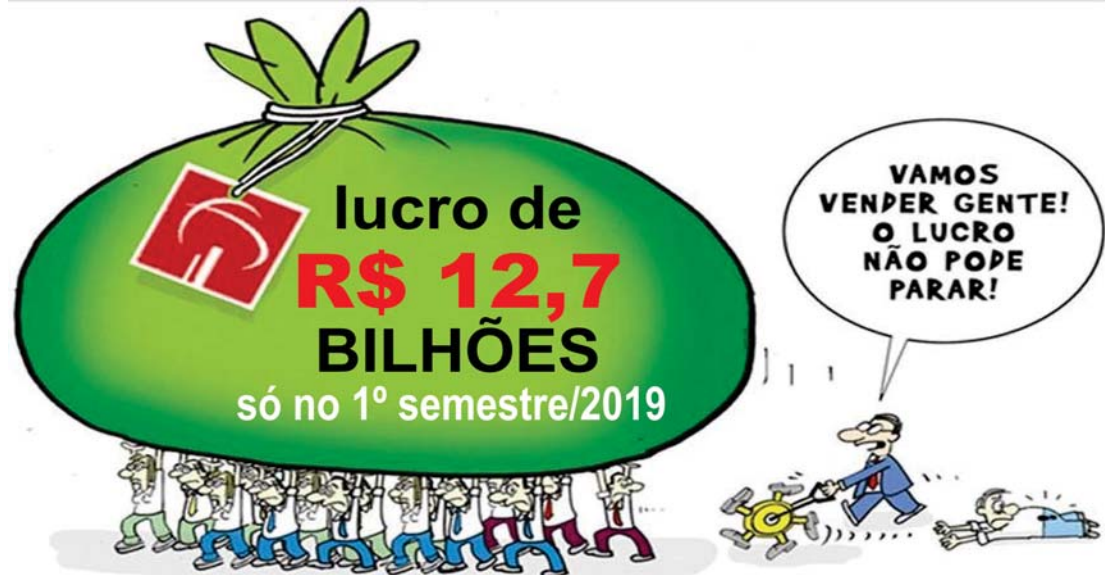
representantes dos associados e do patrocinador Banco do Brasil. No início de 2019, após um difícil e extenso processo de negociação, o BB apresentou uma proposta que foi defendida pela maioria das entidades. A Contraf-CUT orientou a aprovação por entender que mesmo não sendo a proposta ideal, era o possível dentro daquele contexto. A proposta foi colocada em votação e embora aprovada pela maioria dos associados, foi em percentual insuficiente para fazer valer as alterações de custeio e governança apresentadas.

**LUCRO****BRADESCO LUCRA R\$ 12,7 BILHÕES  
NO 1º SEMESTRE DE 2019**

O Bradesco lucrou R\$ 12,7 bilhões no 1º semestre de 2019, um crescimento de 23,7%, em relação ao mesmo período de 2018 e de 3,6% comparado ao trimestre anterior. O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado (ROE) ficou em 20,6%, com aumento de 2,1 p.p. em doze meses. Segundo o banco, esse aumento deve-se a maior margem financeira com clientes, as maiores receitas de prestação de serviços e ao resultado das operações de seguros, previdência e capitalização.

De acordo com o Dieese, a holding encerrou o 1º semestre de 2019 com 99.198 empregados, com aumento de 1.515 postos de trabalho em doze meses. Entretanto, no período, foram fechadas 119 agências e 13 Postos de Atendimento (PA).

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 5,5% em doze meses, totalizando R\$ 13,1 bilhões. As



despesas de pessoal também cresceram no período (10,2%) atingindo R\$ 10,3 bilhões. Assim, a cobertura destas despesas pelas receitas secundárias do banco, no período, foi de 126,8%.

A Carteira de Crédito do banco apresentou crescimento de 8,7% em doze

meses e 2,2% no trimestre, atingindo R\$ 560,5 bilhões. O Índice de Inadimplência superior a 90 dias reduziu-se em 0,7 p.p em doze meses, ficando em 3,2%. Apesar dessa queda, as despesas com devedores duvidosos (PDD) cresceram 18,3%, totalizando R\$ 10,6 no 1º semestre.

**LIBERAÇÃO DO FGTS: MEDIDA É PALIATIVA E NÃO RESOLVE  
CRISE NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

O governo federal anunciou, dia 24/7, novas regras para a liberação dos saques das contas ativas e inativas do FGTS. A medida deve atingir 106 milhões de trabalhadores e os saques devem começar em setembro. O trabalhador poderá sacar até R\$ 500,00 de cada conta.

A liberação do FGTS tornou-se polêmica devido ao risco que a medida provoca à geração de emprego e renda. Parte do saldo total das contas do FGTS é utilizada pelo governo para financiar linhas de crédito nas áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura. Do orçamento de R\$ 85,5 bilhões aprovado para 2018 pelo Conselho Curador do FGTS, R\$ 69,4 bilhões foram destinados para a área de habitação. Para o movimento sindical, as regras sobre a liberação dos saques são soluções paliativas e sem sustentabilidade

para enfrentar a crise de falta de emprego e renda no país.

A maior parte dos recursos serão injetados no sistema financeiro como o pagamento de dívidas. Esse ciclo de saída do dinheiro do FGTS para o mercado financeiro não beneficia o trabalhador. Pelo contrário: a longo prazo, prejudica. Retirar recursos de um fundo que fomenta o desenvolvimento, a criação de empregos e ajuda a diminuir o déficit habitacional é prejudicial ao país. Hoje temos praticamente 7,7 milhões de famílias sem residência e o FGTS é um grande fundo que ajuda na construção de residências mais baratas.

Em 2019, a medida do governo deve injetar R\$ 28 bilhões na economia. Para 2020, outros R\$ 12 bilhões serão liberados por meio da modalidade "saque

aniversário" apenas das contas ativas. Atualmente, há cerca de 260 milhões de contas ativas e inativas no FGTS. Desse total, cerca de 80% têm saldo de até R\$ 500,00.

A curto prazo, a medida pode até sanar a situação de endividamento da população, mas especialistas têm comentado que a falta de política econômica ou qualquer iniciativa que gere emprego e renda, não ajuda o trabalhador que está com contas atrasadas e não consegue pagar o aluguel. Numa visão correta de economia é um grande equívoco, porque retira dinheiro da construção civil, de projetos como o Minha Casa Minha Vida, que tem efeito multiplicador na economia muito grande, gera emprego, movimenta vários setores que poderiam gerar renda e isso é muito ruim para o Brasil.

ITAÚ

# TRABALHADORES COBRAM EXPLICAÇÕES SOBRE DEMISSÃO DE AFASTADOS

O movimento sindical foi pego de surpresa com dezenas de demissões que estão ocorrendo no Itaú por todo o Brasil. Depois da regulamentação do Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, também conhecida como “operação pente-fino” nos benefícios pagos pelo INSS, diversos trabalhadores afastados tiveram que voltar ao seu local de trabalho.

Depois de passar o prazo de estabilidade, o banco tem demitido esses trabalhadores. Alguns funcionários acreditavam que iriam voltar ao trabalho. Outros nem tem essa condição. Todos estão sendo demitidos, sem nenhum critério negociado com o movimento sindical.

**OPERAÇÃO PENTE FINO** – A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia publicou no Diário Oficial da União do dia 25/6 a Portaria nº 617, que regulamentou o Programa. Com isso, o INSS pode dar início ao processo que pode cancelar centenas de auxílios, aposentadorias e pensões por doença ou invalidez de beneficiários que há mais de seis meses não passam por um perito do INSS para fazer revisão do caso. Oficialmente,



“Os bancários afastados devem ficar atentos e procurar o Sindicato em caso de irregularidades. Além disso, é importante manter os endereços atualizados para receber as notificações do INSS para que o órgão não possa usar o argumento de não ter encontrado o trabalhador para cancelar o benefício, pois este é obrigado a chamar o trabalhador para uma nova perícia. Se o benefício for cortado indevidamente, o beneficiário deve ir a uma agência do INSS e, se preciso for, à Justiça para contestar o corte do benefício”

**Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetraf/NE na COE Itaú**

os objetivos do programa, instituído pela Lei nº 13.846, de 18 de junho deste ano, é economizar R\$ 9,8 bilhões neste ano com a revisão de benefícios por incapacidade que, segundo o governo Bolsonaro, têm indícios de irregularidades.

A Portaria nº 617, que disciplina o pagamento do Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, estabeleceu uma gratificação de R\$ 61,72 para cada perícia médica extra. O valor será pago aos peritos médicos federais que aderirem ao programa de revisão dos benefícios previdenciários e assistenciais.

Na verdade, a portaria já adianta alguns pontos da Reforma da Previdência: cria um programa de revisão de benefícios previdenciários, em que médicos peritos receberão um adicional por processo analisado de revalidação de benefícios relacionados à inaptidão ao trabalho (como auxílios-doença no trabalho e a aposentadoria por invalidez); cria um cadastro do trabalhador rural, não aceitando mais as declarações emitidas por sindicatos rurais e associações; restringe o pagamento de auxílio-reclusão aos casos de cumprimento da pena em regime fechado; dentre outros ajustes.

## SANTANDER: BANCO LUCRA R\$ 7,12 BILHÕES NO 1º SEMESTRE DE 2019

O Santander lucrou R\$ 7,12 bilhões no 1º semestre de 2019, um crescimento de 21% em relação ao mesmo período de 2018, e de 4,3% no trimestre. O retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado (ROE) ficou em 21,3%, com alta de 2,0 p.p. em doze meses. O lucro obtido no Brasil representou 29% do lucro global que foi de € 3,231 bilhões. A holding encerrou o 1º semestre com 48.912 empregados, com abertura de 904 postos de trabalho em doze meses. Foram abertas 40 agências entre junho de 2018 e junho de 2019.

A Carteira de Crédito Ampliada do banco teve alta de 7% em doze meses e de 1,9% no trimestre, atingindo R\$ 394,1 bilhões. O crédito pessoa jurídica apresentou queda de 1,8% em doze meses e leve alta de 0,2% no trimestre, alcançando R\$ 123,0 bilhões. Entre junho de 2018 e junho de 2019, o segmento de pequenas e médias empresas cresceu 10,0%, enquanto o de grandes empresas caiu 6,1%. Desconsiderando-se o efeito cambial, a queda da carteira para grandes empresas foi de 5,9% em relação a junho de 2018. O Índice de Inadimplência superior a 90 dias ficou

em 3,0%, com crescimento de 0,2 p.p. As despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD), por sua vez, caíram 2%, somando R\$ 6,4 bilhões.

A receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias cresceu 9,2% em doze meses, totalizando R\$ 9,2 bilhões, enquanto as despesas de pessoal mais PLR subiram apenas 0,8%, atingindo R\$ 4,6 bilhões no período. Assim, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 198,3%.

## BANCO DO NORDESTE DO BRASIL VITÓRIA: BNB CONVOCA CONCURSADOS HONRANDO COMPROMISSO FIRMADO COM SINDICATOS

A direção do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), anunciou na última semana a efetivação de 122 aprovados no concurso público realizado em dezembro de 2018. Os novos funcionários assumirão a partir de agosto, sendo 67 analistas bancários para suprir a rede de agências e 55 para a área de Tecnologia da Informação (TI), no Centro Administrativo do Passaré. O concurso tem validade até 2020.

A convocação desses novos funcionários respeita compromisso acertado com a Contraf-CUT e sindicatos de manter a dotação de pessoal autorizada pelo governo federal sempre no limite máximo. Esse total de 122 novos funcionários envolve também a reposição de 25% dos colegas que aderiram ao último Programa de Incentivo ao Desligamento. Os convocados estão em treinamento e fazendo exames médicos até 31 de julho. O concurso envolveu mais de 100 mil inscritos.

O concurso 2018 teve o edital divulgado com um total de 700 vagas nos cargos de Especialista Bancário e Analista Bancário. o quantitativo de vagas ofertadas, 08 (oito) seriam para provimento imediato e 692 são para formação de cadastro reserva para atendimento às demandas de provimento de vagas que viessem a surgir durante o prazo de validade do certame. Foram reservadas 5% das vagas aos deficientes e 20% aos negros. O concurso público com validade de



*“A luta do Sindicato dos Bancários do Ceará é pela convocação dos demais 570 aprovados neste concurso e pela realização de novos concursos*

*públicos pelo BNB. Isto porque é entendimento do Sindicato que a defesa e o fortalecimento do Banco como agente público passa pela ampliação e valorização do seu quadro de pessoal, bem como pela expansão da rede de agências e pela elevação do volume de recursos destinados à Instituição pela União Federal”*  
**Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB)**

dois anos, a contar da data da publicação do resultado final no Diário Oficial da União, poderá ter seu prazo prorrogado até 2022.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES DE DELEGADOS SINDICAIS Mandato 2019/2020

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará (SINTRAFI-CE), anteriormente denominado Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, CNPJ nº. 07.340.953/0001-48 e registro sindical MTIC nº 208.327-59, por seu presidente, abaixo nominado, convoca os bancários do BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO NORDESTE e dos BANCOS PRIVADOS, associados a este Sindicato, para as eleições de delegados sindicais e respectivos suplentes, que ocorrerão nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2019, nas dependências dos bancos. Votam todos os associados do Sindicato lotados na unidade onde houver a eleição. As inscrições estarão abertas no período de 01 a 16 de agosto de 2019 e deverão ser feitas através do endereço eletrônico [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) com o assunto ELEIÇÃO DELEGADO SINDICAL, ou por fax: (85) 3226-9194, ou, ainda, na Secretaria de Ação Sindical, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 Centro, nesta capital), no horário de 9 às 17 horas. Deverão constar no pedido de inscrição: nome do candidato, RG, CPF, PIS, banco/local de trabalho (prefixo/nome da unidade), matrícula funcional, telefones, whatsapp e e-mail. Ao receber o pedido de inscrição, via e-mail ou fax, será emitido pela Secretaria de Ação Sindical e-mail confirmando a respectiva inscrição até o dia seguinte. Caso o bancário não receba mencionada confirmação, deverá entrar em contato com a citada Secretaria, pelo telefone (85)3252 4266.

Fortaleza(CE), 01 de agosto de 2018.

**Carlos Eduardo Bezerra Marques**  
Presidente

#### Agrotóxicos

O consumo de alimentos com agrotóxicos é inseguro para a saúde na opinião de 78% dos brasileiros ouvidos pelo Datafolha em 4 e 5/7. Para 72% dos entrevistados, os alimentos produzidos no Brasil têm mais agrotóxicos do que deveriam. Em tempo, dia 22/7, o governo federal publicou no Diário Oficial a liberação de mais 51 tipos de agrotóxicos. Desde o início do ano são 290 substâncias liberadas, segundo levantamento da ONG Greenpeace. O uso de agrotóxicos pode estar relacionado a até 193 mil mortes por ano em todo o mundo, segundo dados da OMS publicados no último ano.

#### Pesquisas suspensas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) suspendeu a divulgação dos selecionados para a 2ª fase de um edital para bolsas de pesquisa científica. A entidade afirma que está sem recursos financeiros. As novas bolsas seriam destinadas a pesquisas de pós-graduação no Brasil e no exterior. O CNPq diz aguardar “a situação orçamentária” até o fim de setembro para liberar o recurso. Dados do CNPq mostram que esse é pelo menos o 3º ano consecutivo de queda na verba destinada às bolsas. O valor global do CNPq teve uma perda absoluta de R\$ 142,6 milhões.

#### Pior avaliação

Bolsonaro tem a pior avaliação de um presidente em 1º mandato desde Fernando Collor de Mello, em 1990. A pesquisa é do Datafolha, divulgada dia 22/7. Para 39% dos entrevistados, o presidente não fez nada de positivo ou que mereça destaque em seus 6 meses de governo. Os entrevistados pediram para os entrevistados responderem espontaneamente o que o presidente teria feito de melhor até então. Quatro em cada dez responderam “nada”. O levantamento ouviu 2.860 pessoas em 130 cidades.